

Fernando Molica

Mujica foi um doce e necessário radical

Morto ontem, aos 89 anos, o ex-presidente uruguaio José “Pepe” Mujica não deveria ser ídolo apenas da esquerda, mas de todas as pessoas de bem — e isso, não por uma questão ideológica. Ele foi um raro exemplo de alguém que, mais do que a uma causa, dedicou-se à vida. E o fez de uma maneira radical, no melhor sentido da palavra.

Sua biografia parecia não se encaixar na figura daquele velhinho simpático e bonachão que, embora presidente da República, vivia num sítio muito simples em companhia da mulher, de uma cadela de três pernas e de um fusca. As aparências enganavam: ele nunca foi quietinho nem comportado.

Um dos tantos jovens latino-americanos encantados pelos ventos que sopraram da cubana Sierra Maestra, Mujica embarcou num projeto revolucionário no fim dos anos 1960, processo que se tornaria mais agudo depois da implantação da ditadura cívico-militar, em 1973. Preso, foi torturado, ficou isolado do

mundo por 14 anos.

Libertado na redemocratização, Mujica soube se reciclar, trocou a adesão a uma impossível luta armada por uma proposta ampla, inclusiva, mais sintonizada com o sentimento da maioria da população. Uma postura também radical, que embutia a humildade de reconhecer erros.

O viés político de sua trajetória impede muita gente de vê-lo com admiração e carinho — afinal de contas, foi um extremista que entrou para uma organização armada de esquerda. Mas não é preciso concordar com seus métodos e visões de mundo para nele reconhecer um homem digno.

Radicais como Mujica nos desafiam, despertam inevitáveis reflexões sobre o que leva aqueles rapazes e aquelas moças a, aos nossos olhos, abrirem mão de suas vidas em nome de uma causa. É mais ou menos quando olhávamos para o papa Francisco e, agora, encaramos Leão XIV. Por que, em plena juventude, ele decidiram trocar o que julgamos ser a vida por caminhos duros, cheios de li-

mitações, desafios e riscos?

Talvez porque, como disse Paulinho da Viola, a vida não é só isso que se vê. Temos diferentes maneiras de encarar o presente e o futuro — nem nossas versões do passado coincidem. Há os que — certos ou errados — decidem que não dá para se ter uma vida plena num mundo tão desigual, Mujica foi um deles.

Mas a opção pela luta armada e a posterior conversão a um projeto institucional não foram os fatos que mais surpreenderam o mundo, muita gente já fez isso. O que nos assustou mesmo foi sua decisão de recusar todos os parangolés que caracterizam o poder.

Talvez por herança dos ritos monárquicos, nos acostumamos a associar cargos de comando ao luxo; normalizamos palácios, jatinhos, aposentadorias precoces e generosas, salários cheios de penduricalhos. Acabamos perdendo de vista algo que deveria ser básico: o governante é um funcionário público, alguém que, por vontade própria, decidiu trabalhar pelo bem comum (ou que, pelo

menos, deveria fazer isso).

A pobreza de Mujica, que ainda doava boa parte do seu salário presidencial, era quase agressiva. Ele jogava na nossa cara o tamanho da doideira consumista, que exaure a natureza, que torna pobres cada dia mais pobres e faz com que bilionários não tenham a menor ideia do que fazer com tanto dinheiro.

Mujica não tinha razão de se envergonhar de seu carro, de sua casa pra lá de modesta, de suas roupas velhas. Velho sapeca, militante mais do que rodado, ele deveria saber que o efeito era o inverso: seus colegas políticos é que certamente ficavam constrangidos ao perceber a cafonice explícita dos símbolos de poder que tanto gostam de ostentar.

No fim das contas, e apesar de todos os sofrimentos, Mujica parece ter sido um homem feliz. Desceu aos infernos, ressuscitou pra vida, amou, foi muito amado, continuará a ser muito querido. Conquistou o direito de ser um homem comum — e, portanto, excepcional.

EDITORIAL

Ex-diretor do BC ‘detona’ meta federal

A expectativa de que o crescimento sustentável da economia, em torno de 3% ao ano, poderia ocorrer de forma indefinida, aparentemente ‘ignorando’ sequelas previsíveis como a escalada da inflação ou agravamento das contas externas, é um erro. A crítica do economista e ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC) e colunista do Estadão, Alexandre Schwartzman foi disparada na direção do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao abordar as perspectivas da atividade no curto e médio prazos.

“Tal afirmação está errada, provavelmente porque o ministro não entende o significado de crescimento sustentável, ou, como se diz no jargão, ‘potencial’”, completou.

Embora reconheça que a economia nacional cresceu, em média, 3,2%, nos últimos três anos, Schwartzman argumenta que, “para este ritmo ser considerado sustentável, não poderia reduzir o grau de ociosidade da economia de forma persistente. A mera inspeção dos indicadores sugere não ser este o caso”. Para ilustrar sua avaliação, na contramão do Executivo, o ex-diretor do BC explicou que a despeito da queda – de

13,5% para 6,9% do desemprego na força de trabalho tupiniquim, entre 2021 e 2024 – também houve avanço significativo, de 79,4% para 82,1%, da utilização da capacidade instalada na indústria, apontam dados da FGV (Fundação Getúlio Vargas). “Em ambos os casos, as medidas sugerem que o crescimento se deu pela ocupação de recursos que se encontravam ociosos na saída da pandemia, mas “cedo ou tarde a ociosidade desaparece, com aceleração da inflação e do déficit externo”.

Para o ex-diretor da autoridade monetária, enquanto o ‘núcleo da inflação’ – que exclui do cálculo do IPCA, fatores sazonais – saltou de 3,5% para 4,9%, de junho de 2024 a abril deste ano – o déficit externo do país subiu de 1,1% do PIB para 3,2% do PIB, entre março de 2024 e igual mês de 2025. Nesse intervalo, diz ele, a capacidade ociosa da economia teria se esgotado.

Por fim, Schwartzman esclarece: “Vale dizer, nosso crescimento potencial é bem mais baixo do que supõe o ministro, e sua política de impulsionar a demanda pelo aumento do consumo e do gasto público apenas deixou esta vulnerabilidade mais clara”.

Sotaque paulistano

Quando a gente pensa em sotaque, logo vem à cabeça o jeito de pronunciar as palavras. O “r” puxado do interior paulista, o “s” chiado dos cariocas, o “e” aberto dos curitibanos. Mas em Brasília, o sotaque é outro. Aqui, ele mora nas palavras que escolhemos usar — nas gírias que saltam do balão para a Rodoviária, da quebrada para o bloco, do Gama para Asa Norte. Em vez de sons marcantes, o que marca mesmo é o vocabulário. E é aí que mora o sotaque paulistano: discreto no ouvido, mas escancarado na linguagem.

Brasília é terra de “véi”, de “pegar o beco” e de “dar a Elza”. É onde o “tô na rodô já” tanto pode ser promessa de chegada quanto desculpa de quem ainda nem saiu de casa. Uma cidade onde a gente “bota fê”, acha tudo “massa” e chama o radar de “pardal”. Onde o ônibus vira “zebrinha” e as rotatórias

são “balões”. Essa mistura virou identidade.

Nascida de muitos Brasis, Brasília nunca teve um sotaque só. Mas criou uma fala própria. A juventude daqui não fala como se fosse de outro canto, fala como se fosse daqui mesmo. O sotaque não está tanto na pronúncia, mas na convivência com expressões que só quem vive o quadradinho entende.

É claro que há influência de outros estados — o “oxe” nordestino aparece, o “mano” paulistano também, bem como o “uai” mineiro ou o “custoso” goiano. Mas ao longo do tempo, Brasília foi criando seus próprios códigos. E isso diz muito sobre quem somos. O sotaque daqui pode até não pular aos ouvidos como em outras regiões, mas está na boca do povo, estampado nas gírias que usamos. E isso, “véi”, “é de rocha”!

Luciano Ducci*

Inclusão que respeita as diferenças: por que as APAEs e escolas especiais são essenciais

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7796, atualmente em análise no Supremo Tribunal Federal (STF), propõe que os recursos públicos destinados à educação especial sejam exclusivos para a inclusão de estudantes com deficiência no ensino regular. À primeira vista, essa proposta pode parecer progressista, mas na prática ela desconsidera uma realidade vivida por milhares de famílias brasileiras: nem toda pessoa com deficiência consegue se desenvolver plenamente no ambiente da escola regular.

No Brasil, as APAEs (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais) e outras escolas especializadas atendem hoje mais de 330 mil alunos com deficiência

intelectual e múltipla. Segundo dados da Federação Nacional das APAEs (Fenapaes), aproximadamente 90% das crianças atendidas por essas instituições apresentam deficiências severas ou múltiplas, o que muitas vezes inviabiliza sua permanência em classes comuns, mesmo com adaptações e apoio.

Negar a esses alunos o direito de estudar em um ambiente adequado às suas necessidades é, na verdade, excluir — e não incluir. A escola regular, embora necessária e importante, não é capaz de atender, sozinha, toda a complexidade dos casos. O ambiente da escola especial oferece não apenas ensino, mas também serviços de saúde, psicologia, fisio-

terapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional, fundamentais para o desenvolvimento integral dessas crianças e adolescentes.

A inclusão verdadeira não pode ser uma imposição única de modelo. Ela precisa respeitar a diversidade dos sujeitos e suas diferentes formas de aprender e se relacionar com o mundo. É um erro grave imaginar que a oferta de educação especial seja sinônimo de segregação. O que segrega, de fato, é forçar uma criança com deficiência severa a permanecer em um ambiente onde não há estrutura, acolhimento nem profissionais capacitados para acompanhá-la adequadamente.

Como médico e como parlamentar, defendo o fortaleci-

mento da rede de ensino regular com políticas inclusivas, mas também luto pela manutenção e valorização das APAEs e escolas especiais. É a convivência equilibrada entre os dois modelos que garantirá a inclusão social de verdade — aquela que considera o indivíduo em sua totalidade, respeitando sua dignidade, suas limitações e suas potencialidades.

Que o STF escute a voz das famílias, dos profissionais e, acima de tudo, daqueles que vivem essa realidade diariamente. Não podemos retroceder em conquistas que representam um verdadeiro avanço na inclusão e no acolhimento.

***Médico e deputado federal pelo PSB - Paraná.**

OUTRAS PÁGINAS NO BRASIL E NO MUNDO

José Aparecido Miguel (*)

Governo começa a notificar aposentados vítimas de descontos indevidos

1 -APLICATIVO DO INSS vai informar segurado que teve desconto no benefício. A partir do dia 13 de maio, os aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que tiveram descontos no seu benefício por associações começam a ser notificados pelo aplicativo “Meu INSS” ou telefone 135. O INSS disponibiliza mecanismo, no próprio aplicativo, para que o beneficiário peça o ressarcimento dos valores descontados indevidamente. O beneficiário precisará contestar o desconto. O ressar-

cimento não será automático. A informação foi antecipada pela coluna de Andreza Matais no UOL. Primeiras devoluções já começam no final do mês. Os ressarcimentos de valores vão ocorrer entre 26 de maio e 6 de junho, segundo nota do INSS ao UOL, e se refere às mensalidades de abril. (...) (UOL)INSS. Instituto Nacional de Seguro Social: Governo começa a notificar aposentados vítimas de descontos indevidos. Beneficiários que receberem aviso poderão, no próprio aplicativo da Previdência, pedir

ressarcimento de valores. Por Thaís Barcellos.(...) (O Globo)

2-FERROVIA BIOCEÂNICA. Lula pode voltar ao País sem atrair chineses para ferrovia bioceânica. Integrantes da delegação ministerial já indicam que empresas da China tendem a levar mais tempo para avaliar projeto de infraestrutura estratégico na América do Sul. Por Felipe Frazão. A delegação brasileira pediu que estatais da China deem um sinal verde em 30 dias. (...) (O Estado de S. Paulo)

3-VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL afeta 1 mulher em cada 5 no Brasil, mostra estudo. Prevalência entre homens é menor; trabalho publicado na revista científica The Lancet avalia crime em 204 países. Por Laiz Menezes. (...) (Folha de S. Paulo)

(*) José Aparecido Miguel, jornalista, diretor da Mais Comunicação-SP, trabalhou em todos os grandes jornais brasileiro - e em todas as mídias. E-mail: jmigueljb@gmail.com

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: MINAS TEM DEPUTADOS E SENADOR RECONHECIDOS
As principais notícias do Correio da Manhã em 14 de maio de 1930 foram: Quinta representação de inquérito reconhece 23 deputa-

dos do PRM e 14 da Concentração. Comissão de Poderes do Senado manda reconhecer Olegário Maciel como senador por Minas Gerais.

Congresso nega voto de pesar pela morte do tenente Siqueira Campos. Mermoz inicia sua prova de resistência pela travessia do Atlântico.

HÁ 75 ANOS: EUA EXIGE FECHAMENTO DE CONSULADOS TCHECOS

As principais notícias do Correio da Manhã em 14 de maio de 1950 foram: Extremo Oriente, colônias africanas, Pacto do Atlântico

e Alemanha foram os temas das reuniões dos chanceleres das grandes potências ocidentais em Londres; próximo encontro será em Nova

York, antes da Assembleia da ONU. EUA exige o fechamento dos consulados da Tchecoslováquia no país. Brigadeiro aclamado pela UDN.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br
Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor) e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira
Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt.10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20
www.correiodamanha.com.br
Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.